

Ata n.º 18/2018

Reunião de Câmara realizada no dia 18 de setembro de 2018

Aos dezoito dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezoito, nesta Vila da Lousã, no Edifício dos Paços do Concelho e na Sala de Reuniões da Câmara Municipal, reuniu ordinariamente o Executivo Camarário com a presença do Senhor Presidente Luís Miguel Correia Antunes, e dos Senhores Vereadores, Rui Daniel Colaço Lopes, Henriqueta Cristina Ferreira da Silva Beato de Oliveira, Victor Eugénio das Neves Carvalho, Ricardo Emanuel Soares Fernandes, Ana Maria Conceição Ferreira e Orlando António Lopes Ferreira. -----

Às dez horas e quinze minutos, o Senhor Presidente da Câmara Municipal deu início aos trabalhos. -----

1 - Período antes da Ordem do Dia -----

O Senhor Vereador Victor Carvalho interveio para manifestar a sua satisfação pelo facto de o Município da Lousã integrar uma das finalistas das “ 7 Maravilhas à Mesa “ e disse que “ *temos que estar atentos ao próximo concurso para promover o nosso território*” . -----

O Senhor Presidente afirmou que foi um momento interessante a vários níveis, com uma promoção adicional e notoriedade decorrentes de trabalho de promoção do território. Sublinhou, sobretudo, o envolvimento de entidades públicas e privadas e da comunidade em geral, tendo sido notórios a satisfação e o orgulho, por parte das populações, pelos resultados alcançados. Esta satisfação estendeu-se para além dos quatro concelhos, a outras gentes com ligações diretas ou indiretas e afetivas, inclusivamente emigrantes, que através da RTP Internacional manifestaram igualmente esse orgulho endereçando votos de congratulações a esta candidatura e ao resultado alcançado. Acrescentou ainda que, independentemente de se pensar em candidaturas a outros concursos, já existem algumas ideias equacionadas a desenvolver no resultado desta marca “ TERRAS

DA CHANFANA” com a consolidação e realização de algumas ações que ajudem a potenciar este resultado. -----

2 - Ordem do Dia -----

2.1 - Leitura e aprovação da Ata da Reunião de Câmara realizada no dia 3 de setembro de 2018. -----

Posta à votação de todos os membros do Executivo Municipal, nos termos do nº 2 do artigo 57º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal por votação nominal deliberou por maioria aprovar a ata da reunião de Câmara realizada no dia três de setembro do ano de dois mil e dezoito. A Senhora Vereadora Ana Maria Conceição Ferreira não votou em virtude de não ter estado presente na reunião. -----

2.2 - Informações do Senhor Presidente da Câmara: -----

2.2.1 - O Senhor Presidente a dar conhecimento à Câmara Municipal do despacho datado de 5 de setembro de 2018, referente à aprovação da 8ª Alteração ao Orçamento e Grandes Opções do Plano.-----

O Senhor Presidente a dar conhecimento ao Executivo que por seu despacho datado de cinco de setembro do ano de dois mil e dezoito aprovou a oitava alteração ao Orçamento e Grandes Opções do Plano. Mais informou que se procedeu ao aumento do orçamento, em virtude de incluir duas novas ações no âmbito do projeto “ Programa de Promoção do Sucesso Escolar e que se respeitou o equilíbrio orçamental previsto no artigo 40 da Lei nº 73/2013, de três de setembro. O Executivo tomou conhecimento. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas (doc. nº 1 (um)). -----

2.3 - Propostas do Senhor Presidente da Câmara: -----

2.3.1 - O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a aprovação da proposta de atribuição do topónimo "Rua da Fonte Vidal de Baixo," aprovada por unanimidade pela Comissão Municipal de Toponímia.-----

A Câmara Municipal por votação nominal deliberou por unanimidade e em minuta aprovar a proposta de atribuição de topónimo "Rua da Fonte Vidal de Baixo," apresentada favoravelmente pela Junta de Freguesia de Lousã e Vilarinho e aprovada por unanimidade pela Comissão Municipal de Toponímia, na sua reunião

de vinte e quatro de abril do ano de dois mil e dezoito. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas (doc. nº 2 (dois)). -----

2.3.2 – O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a apreciação e aprovação do lançamento de uma derrama, referente ao exercício económico 2018 e a cobrar em 2019. -----

O Senhor Presidente deu conhecimento que o lançamento de uma derrama a cobrar no ano de dois mil e dezanove se mantém igual aos anos anteriores. Aproveitou ainda o momento para esclarecer que em relação às taxas de Derrama, IMI e IRS, atendendo às questões que estão em discussão neste momento, relativamente à descentralização de competências e Lei das Finanças Locais, entre outras, foi entendimento da Câmara Municipal manter os mesmos valores e ponderar eventuais alterações depois de estabilizarem estes processos em função do resultado final e, a partir dessa altura com maior segurança e estabilidade poder fazer-se outra avaliação. -----

A Câmara Municipal por votação nominal deliberou por unanimidade e em minuta aprovar a proposta de lançamento de uma derrama, referente ao exercício económico do ano de dois mil e dezoito e a cobrar no ano de dois mil e dezanove e ainda submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas (doc. nº 3 (três)). -----

2.3.3 – O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a apreciação e aprovação das taxas de IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis, a cobrar em 2019. -----

O Senhor Presidente reiterou que, tal como a Derrama, as taxas de IMI mantêm os valores dos anos anteriores. -----

O Senhor Vereador Victor Carvalho interveio para afirmar que, em relação ao IMI, o Município não deve estar a cobrar taxas elevadas, porque não existem acessibilidades rodoviárias e ferroviárias. Disse: “ *estamos a ficar desterrados. Acho que para cobrarmos um IMI desta grandeza deveríamos fazê-lo depois de ter a casa arrumada. Neste contexto, considero que esta taxa é elevadíssima para as condições que temos no nosso concelho.*” -----

O Senhor Presidente em resposta, afirmou que entende de alguma forma o sentido de voto, atendendo à posição que o Senhor Vereador ocupa e àquilo que tem sido a posição anterior relativamente a estas matérias pelo partido que representa. No entanto, disse não poder concordar com os argumentos utilizados. Disse que “ *não estamos desterrados*” , porque de acordo com os contactos formais que tem com os agentes da área da imobiliária, neste momento existe deficit de oferta relativamente à procura na habitação. Os dados oficiais demonstram que a população se tem mantido estável. Confirmou a necessidade de se continuar a lutar sobre melhores acessibilidades, nomeadamente a ligação Coimbra – Serpins – Coimbra, concretamente a implementação do Metro Bus, contudo, a esse nível o impacto negativo significativo que poderia ter sido causado em termos de população não se veio a verificar, o que também é evidente ao nível de número de alunos que existem no Concelho da Lousã comparativamente a outros concelhos à volta, alguns dos quais com acessibilidades próximas de eixos principais. Apesar de existirem limitações e de não ser possível fazer tudo, o universo e a qualidade de serviços que a Câmara Municipal presta aos seus munícipes é, em várias áreas, muito significativo e comparativamente melhor, o que entrará em linha de conta na procura e fixação de residência. Deu, como exemplo, o investimento significativo na Educação, em cada ano e em diferentes dimensões: desde os transportes, componente de apoio à família, ATL’ s e agora com mais um programa de sucesso escolar, para o qual é necessário ter receita e esse é mais um investimento que a Câmara Municipal faz na área social e em particular na educação. Recordou que saiu recentemente um estudo sobre demografia em que a Lousã é o único Concelho da Região Centro, num universo de cem concelhos, entre os quais grandes cidades, que se destaca como um dos únicos trinta e dois concelhos com aumento demográfico positivo. Por todas as razões enunciadas disse que, se por um lado compreende, por outro tem que discordar do Senhor Vereador quando afirma que “ *estamos desterrados*” . Afirmou que não estão corretos os argumentos relativamente à realidade constatada, ainda que possam ser mais ambiciosos e exigentes no sentido de fazer mais e melhor.-----

O Senhor Vereador Victor Carvalho interpelou novamente para frisar que, quando afirmou que “ *estamos desterrados*” , se referia ao facto de não existirem

J

ligações ferroviárias e rodoviárias de e para o concelho e que isso levará ao desterro, porque não existem condições para o Município da Lousã cobrar estas taxas. -----

A Câmara Municipal por votação nominal deliberou por maioria e em minuta com um voto contra do PSD aprovar a proposta das taxas de IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis, a cobrar no ano de dois mil e dezanove e ainda submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas (doc. nº 4 (quatro)). -----

2.3.4 - O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a apreciação e aprovação da taxa de participação no IRS. -----

O Senhor Presidente deu nota da diminuição desta taxa por deliberação no ano de dois mil e dezasseis e que se manteve inalterável nos dois anos subsequentes, tendo a Câmara Municipal continuado a assegurar os recursos financeiros imprescindíveis ao financiamento da autarquia. Adiantou ainda que a diminuição em cerca de 1% significou que a Câmara Municipal abdicou em cerca de cento e vinte mil euros de receita anual. Assim, propõe nos termos da lei que a Câmara Municipal fixe em 4% a taxa de participação variável do Município no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no Concelho da Lousã, relativa aos rendimentos do ano de dois mil e dezanove. -----

A Câmara Municipal por votação nominal deliberou por unanimidade e em minuta aprovar a taxa de participação no IRS e ainda submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas (doc. nº 5 (cinco)). -----

2.3.5 - O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a apreciação e aprovação da Tabela de Preços e Taxas Municipais para 2019. -----

O Senhor Presidente informou que esta Tabela de Preços e Taxas Municipais para o ano de dois mil e dezanove não sofre qualquer alteração relativamente ao ano anterior e pelo quinto ano consecutivo não faz qualquer alteração aos preços a pagar pelos consumidores/municípios. -----

A Câmara Municipal por votação nominal deliberou por maioria e em minuta com um voto contra do PSD aprovar a proposta da Tabela de Preços e Taxas Municipais para o ano de dois mil e dezanove e ainda submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas (doc. nº 6 (seis)). -----

2.3.6 - O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a aprovação prévia de elementos para pedido de parecer à ERSAR - Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos referente à constituição da Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior. -----

O **Senhor Presidente** esclareceu que se trata da aprovação da criação de sistema intermunicipal de serviços de abastecimento público de água, saneamento de águas residuais e recolha de resíduos sólidos urbanos, dos estatutos da empresa intermunicipal a criar para a gestão do sistema intermunicipal e do contrato de gestão delegada a celebrar entre a entidade delegante a empresa intermunicipal, bem como aprovação do envio desses documentos para a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos - ERSAR para efeitos da obtenção do respetivo parecer prévio legalmente previsto. -----

O **Senhor Vereador Victor Carvalho** questionou o facto do Município de Miranda do Corvo se retirar deste processo. -----

O **Senhor Presidente** esclareceu que tem sido um processo construído e discutido com mais intensidade, desde há dois anos, e ao longo deste tempo têm entrado e saído Municípios de acordo com o que melhor entendem. Disse ainda que a adesão tem custos para o projeto e cada Município tem que tomar a sua própria decisão. O Município de Miranda do Corvo decidiu sair agora por razões próprias, mas também, já tinham saído os Municípios de Condeixa e Arganil; são opções próprias de cada concelho. Afirmou ainda que os outros Municípios estão empenhados na criação da empresa intermunicipal e por isso o processo avançará cumprindo o sistema de agregação que tem requisitos de base. Estando onze municípios empenhados, e considerando a densidade populacional de cada um deles, estão salvaguardados e cumpridos estes requisitos para que o processo possa avançar. Disse ainda que entende que esta é uma opção estratégica importante para o

futuro na gestão autárquica destas áreas e para o Município da Lousã será benéfico a vários níveis que estas áreas passem a ser geridas com outra escala e com outra perspetiva para conseguir manter padrões de qualidade e aumentar a eficiência. -

O Senhor Vereador Victor Carvalho interpelou para questionar quais são as perspetivas neste campo, se o Município da Lousã vai sentir mais diretamente em termos económicos esta adesão, questionou ainda se o benefício do serviço será proporcionalmente ligado ao aumento do custo, e se o custo do serviço tenderá a estabilizar. -----

O Senhor Presidente esclareceu que haverá atualização de tarifário, ainda que, comparativamente a outros concelhos, terá um impacto menor em termos quantitativos e percentuais no Município da Lousã. Disse ainda que a atualização de tarifário é inevitável, porque o Concelho da Lousã tem tarifários muito baixos, há cinco anos que não se faz atualização, haverá uma perspetiva de atualização gradual, mas que no caso da Lousã, não é significativa. A empresa terá que fazer investimentos recorrendo a fundos comunitários e à banca para conseguir atingir a dimensão da eficiência, combate às perdas e para se tornar sustentável e continuará a ter tarifários sociais para os casos em que manifestamente se justifique. Recordou que futuramente não existe viabilidade dos municípios apresentarem candidaturas de forma individual, e que por si próprios não terão meios para o fazer, e que os fundos comunitários só estarão disponíveis para apresentação de candidaturas numa perspetiva intermunicipal. Disponibilizou-se ainda para fornecer informação mais detalhada sobre este processo que, entretanto, chegou, até porque também já foi prestada informação à Assembleia Municipal. -----

O Senhor Vice-Presidente interveio sobre este assunto para dizer que quem lida diretamente com esta área de águas, resíduos e saneamento sabe o quanto é difícil o seu acompanhamento, gestão e resolução na tentativa de prestar o melhor serviço ao munícipe. Disse ainda que é um problema transversal a todos os municípios e que a agregação de municípios traz algumas dificuldades, mas facilita e traz benefícios em. No que diz respeito, concretamente, ao Município da Lousã se agregar a esta empresa, disse que é uma questão que tem que ser reconhecida e encarada como clara e efetiva melhoria de serviços prestados diretamente aos

municípios. Da análise efetuada, a melhoria será mais perceptível numa primeira fase para os gestores, mais do que para os municípios, porque na Lousã não há faltas de água, não há falhas de abastecimento de água, comparativamente a outros municípios onde irão sentir-se grandes diferenças na mudança. Concluiu a sua intervenção dizendo “ *e eu que tenho os pelouros que estão diretamente relacionados com o processo deixa-me confortável pela maneira madura como está a ser apresentado, pelos casos de experiência de outros municípios que já foram demonstrados e que já é diferente do que estarmos a ser os primeiros e não estarmos a perceber bem as coisas que podem vir a suceder*” .-----

A Câmara Municipal por votação nominal deliberou por unanimidade e em minuta aprovar a proposta de aprovação prévia de elementos para pedido de parecer à ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos referente à constituição da Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas (doc. nº 7 (sete)).-----

2.4 – Proposta do Senhor Presidente da Câmara e do Senhor Vice-Presidente: ---

2.4.1 – O Senhor Presidente e o Senhor Vice-Presidente propõem à Câmara Municipal a atribuição de um Voto de Reconhecimento ao atleta Lousanense António José Tabanez da Fonseca que se sagrou Vice-campeão Nacional de Parapente na categoria de Master 45 Masculino e obteve o terceiro lugar na classificação geral no Campeonato Nacional de Parapente que decorreu em Montalegre, entre os dias 6 e 12 de julho de 2018.-----

A Câmara Municipal por votação nominal deliberou por unanimidade e em minuta aprovar a atribuição de um Voto de Reconhecimento, entretanto subscrito por todos os elementos do Executivo, ao atleta Lousanense António José Tabanez da Fonseca, que se sagrou Vice-campeão Nacional de Parapente na categoria de Master 45 Masculino e obteve o terceiro lugar na classificação geral no Campeonato Nacional de Parapente que decorreu em Montalegre, entre os dias seis e doze de julho do ano de dois mil e dezoito, e, ainda, dar conhecimento do documento ao atleta. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas (doc. nº 8 (oito)).-----

2.4.2 - O Senhor Presidente e o Senhor Vice-Presidente propõem à Câmara Municipal a atribuição de um Voto de Reconhecimento à aluna Maria Inês Gaspar do Agrupamento Escolas da Lousã que no ano letivo 2017/2018, se sagrou Campeã Distrital de Xadrez do escalão de Infantis A Feminino. -----

A Câmara Municipal por votação nominal deliberou por unanimidade e em minuta aprovar a atribuição de um Voto de Reconhecimento, entretanto subscrito por todos os elementos do Executivo, à aluna Maria Inês Gaspar do Agrupamento Escolas da Lousã que no ano letivo 2017/2018, se sagrou Campeã Distrital de Xadrez do escalão de Infantis A Feminino e, ainda, dar conhecimento do documento à aluna e ao Agrupamento de Escolas da Lousã. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas (doc. nº 9 (nove)).-----

2.4.3 - O Senhor Presidente e o Senhor Vice-Presidente propõem à Câmara Municipal a atribuição de um Voto de Reconhecimento às equipas de Voleibol do Agrupamento Escolas da Lousã que no ano letivo 2017/2018, competiram em vários escalões e se sagraram Campeãs Distritais. -----

A Câmara Municipal por votação nominal deliberou por unanimidade e em minuta aprovar a atribuição de um Voto de Reconhecimento, entretanto subscrito por todos os elementos do Executivo, às equipas de Voleibol do Agrupamento Escolas da Lousã que no ano letivo 2017/2018, competiram em vários escalões e se sagraram Campeãs Distritais e, ainda, dar conhecimento do documento ao Agrupamento de Escolas da Lousã. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas (doc. nº 10 (dez)). -----

2.4.4 - O Senhor Presidente e o Senhor Vice-Presidente propõem à Câmara Municipal a atribuição de um Voto de Reconhecimento à atleta Camila Rebelo que se sagrou Campeã Nacional nos 100 metros livres e foi a segunda atleta mais pontuada no escalão de juvenis, nos Campeonatos Nacionais que decorreram entre os dias 26 e 29 de julho de 2018, no Centro Desportivo Nacional do Jamor. -----

A Câmara Municipal por votação nominal deliberou por unanimidade e em minuta aprovar a atribuição de um Voto de Reconhecimento, entretanto subscrito por todos os elementos do Executivo, à atleta Camila Rebelo que se sagrou Campeã

Nacional nos 100 metros livres e foi a segunda atleta mais pontuada no escalão de juvenis, nos Campeonatos Nacionais, que decorreram entre os dias 26 e 29 de julho de 2018, no Centro Desportivo Nacional do Jamor, e, ainda, dar conhecimento do documento à atleta e à Associação. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas (doc. nº 11 (onze)).-----

2.4.5 - O Senhor Presidente e o Senhor Vice-Presidente propõem à Câmara Municipal a atribuição de apoio financeiro às Instituições Desportivas do Concelho para a época desportiva 2018/2019. -----

O Senhor Vereador Victor Carvalho interveio começando por questionar se foram ouvidos todos os diretores das associações desportivas do concelho, em seguida e perante a análise ao quadro apresentado na proposta, disse ter constatado algumas reduções significativas, e disse que já lhe constou que este valor não é suficiente para garantir o funcionamento de algumas instituições. Indicou como exemplo, o Arouce Praia, com uma diminuição de subsídio no valor de dois mil e quinhentos euros em relação ao ano anterior, e a Associação Desportiva Serpinense, com menos mil euros, estando o Badminton englobado com apenas quinhentos euros. Pretende perceber, das queixas que lhe chegaram no que diz respeito ao Arouce Praia, se não será possível subir o valor do apoio atribuído, dado que lhe foi transmitido que compromete o funcionamento do clube, comprometendo o mercado desportivo e impedindo que as freguesias deixem de ter a dinâmica que todos pretendem que tenham. Perguntou se não será possível fazer algum esforço, agora ou futuramente, através da necessidade comprovada pela Associação Desportiva e vir a ser atribuído algum apoio financeiro ou de outra ordem. -----

O Senhor Vice-Presidente esclareceu que a atribuição de subsídios no âmbito do desporto carece previamente de um estudo onde são feitas avaliações aos clubes e às entidades e essas avaliações têm alguns parâmetros, tais como: número de atletas que estiveram inscritos no ano anterior, número de atletas e número de equipas que se propõem a inscrever no ano seguinte, número de eventos, sejam torneios ou outros, que tragam alguma mais-valia e dinâmica para o concelho e conjugando tudo isto com a principal responsabilidade de uma autarquia na área desportiva que é, única e exclusivamente o apoio às camadas de formação e às

camadas jovens. Isto leva a trabalhar de forma mais pragmática e olhar para o concelho no seu todo, a fim de manter o equilíbrio dentro das possibilidades da autarquia e não analisar isoladamente. Deu nota que não houve reuniões com todos os clubes, apenas com aqueles onde houve necessidade de fazer algum ajustamento, assim como também não foi comunicado a nenhum clube o valor do subsídio que iriam receber, por esse motivo é que hoje é apresentada a proposta ao Executivo para aprovação. No caso específico do Arouce Praia, esclareceu que o que está a ser proposto atribuir se deve ao facto do clube ser reconhecido pela freguesia e no concelho, e há todo o interesse em que assim continue, no entanto, não tem uma única equipa de formação inscrita nem houve interesse em dinamizar o processo. Disse ainda que o Arouce Praia nos últimos anos tem vindo a decrescer e tem sido desenvolvido um esforço para o manter. Recordou que já foram feitos ajustes e em relação ao ano passado ainda houve uma inscrição de uma equipa que não se chegou a formalizar. Mesmo assim, o subsídio manteve-se, enquanto o Serpinense tem seis equipas inscritas em escalões de formação o que envolve uma dinâmica de camadas jovens diferentes. É este o objetivo de apoio ao desporto e depois, poder-se-á colocar em causa a subsistência dos clubes e das associações que é uma outra discussão e situação diferente que não o apoio ao desporto. Adiantou ainda que o Senhor Presidente lhe tinha pedido um maior esforço, contudo, não é exequível outro tipo de exercício que não seja este, tanto mais que, se assim fosse, havia clubes que deveriam receber o dobro, comparativamente à dinâmica do Arouce Praia. Esta atribuição de subsídio ao Arouce Praia já é a demonstração de que a autarquia pretende continuar a prestar apoio e reconhecimento, no entanto, existem normas e condutas para o equilíbrio no seu conjunto que impedem outro tipo de apoio no associativismo e desporto. Outros clubes como o Clube Desportivo Lousanense e Clube Académico das Gândaras parece que têm a atribuição de um valor muito elevado, mas prende-se com questões que ainda não foram concluídas e executadas nestes clubes com mais responsabilidades a seu cargo.-----

O Senhor Vereador Victor Carvalho interveio novamente para tentar sensibilizar o Executivo para a eventualidade do clube, de forma devidamente justificada, poder

vir a ser beneficiado e não deixar de funcionar por falta de apoio da Câmara Municipal. -----

O **Senhor Presidente** acrescentou dizendo que pela intervenção do **Senhor Vice-Presidente** ficou evidente que não é por falta de apoio da Câmara Municipal que a instituição deixa de funcionar. Disse ainda que, se não houvesse deturpação nem aproveitamento político em torno de questões que são objetivas e claras, facilmente se verificaria que já existiram cortes de subsídios mais radicais, em anos anteriores, do que este feito agora. Na área de futebol os critérios foram ajustados e definidos. Disse que o Basquetebol também teve um corte substantivo e agora está a reabilitar-se ao nível da formação e está com outra dinâmica que não teve anteriormente. Os apoios são executados nesta altura, têm a sua tramitação e avaliação com a submissão do plano de atividades e orçamento e, no que diz respeito ao Arouce Praia, veja-se o investimento recente que foi feito com a beneficiação das instalações, com o novo relvado para que servisse de estímulo para o clube. A direção atual eleita não se apresentou formalmente à Câmara Municipal, apenas endereçou um email a solicitar que lhe fosse transmitido o valor do apoio a atribuir ao clube num curto espaço de tempo. Reiterou a informação anteriormente referida sobre o corte a outros clubes que tiveram que se readaptar. Sublinhou que salvo raras exceções, a Câmara Municipal é o principal patrocinador e não vê evidenciado esse patrocínio. Concluiu dizendo que estão despendidos cento e dez mil euros do erário público nestes apoios e muitas vezes nem os pais dos atletas nem os atletas têm conhecimento que este apoio chega aos clubes e, como tal, enquanto gestores públicos têm o dever de exigir essa evidência nas camisolas dos atletas e nas equipas para que os munícipes saibam onde está o dinheiro, procedimento a considerar em cláusula futura nos contratos-programa. A situação apresentada pelo Arouce Praia já está em linha de conta, é por demais conhecida e devidamente acompanhada, por isso, qualquer tentativa de aproveitamento ou dramatização política é fora de contexto. -----

O **Senhor Vereador Victor Carvalho** interpelou dizendo que a propósito de aproveitamento político também recebeu um email da direção do clube a manifestar esta preocupação, daí estar a levantar esta questão acrescentou: “ Não se trata de aproveitamento político e dificilmente verá da minha parte fazer

política com este tipo de coisas ou tentar aproveitar-me politicamente do que quer que seja, que fique claro e em ata, não sou, não é, a minha maneira de estar” .----

O **Senhor Presidente** respondeu dizendo que fique bem claro que não se estava a referir ao **Senhor Vereador Victor Carvalho**, antes, porém, a uma informação que lhe chegou de que a direção - presidente do clube utiliza esse tipo de argumento que é absolutamente desfasada da realidade e sem qualquer cabimento. -----

O **Senhor Vereador Victor Carvalho** concluiu sublinhando que apenas lhe compete questionar o Executivo e é nessa missão que se encontra. -----

O **Senhor Presidente** disse compreender a intervenção do **Senhor Vereador Victor Carvalho**, que é correta, contudo, o que é veiculado pelo clube é que não está correto e era a isso que se referia. -----

A Câmara Municipal por votação nominal deliberou por unanimidade e em minuta aprovar a atribuição de apoio financeiro às Instituições Desportivas do Concelho que cumprem o Regulamento de Atribuição de Apoio Financeiro às Associações Ambientais, Cívicas, Culturais, Desportivas e Juvenis do Município da Lousã no valor total de EUR: 109.600.00 (cento e nove mil e seiscentos euros). A despesa tem cabimentação orçamental na rubrica 0102/040701. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas (doc. nº 12 (doze)).-----

2.5 - Proposta do Senhor Presidente da Câmara e do Senhor Vereador Ricardo Fernandes:-----

2.5.1 - O Senhor Presidente e o Senhor Vereador propõem à Câmara Municipal a atribuição de um apoio financeiro à Associação de Caçadores da Lousã, no valor de 500,00 €, com o objetivo de repovoar a Zona de Caça Municipal com coelhos e perdizes. -----

A Câmara Municipal por votação nominal deliberou por unanimidade e em minuta aprovar a atribuição de apoio financeiro à Associação de Caçadores da Lousã, no valor de EUR: 500,00 (quinhentos euros) com o objetivo de repovoar a Zona de Caça Municipal com coelhos e perdizes. A despesa tem cabimentação orçamental na rubrica 0102/040701 e o número sequencial de compromisso 25876/2018. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas (doc. nº 13 (treze)).-----

2.6 – Proposta do Senhor Vice-Presidente:-----

2.6.1 – O Senhor Vice-Presidente propõe à Câmara Municipal a ratificação do despacho datado de 17 de agosto de 2018, no sentido de isentar de pagamento de taxas a Associação da Juventude Adventista – Os Desbravadores- na promoção de um rastreio de saúde. -----

A Câmara Municipal por votação nominal deliberou por unanimidade ratificar o despacho do Senhor Vice-Presidente datado de vinte de agosto do ano de dois mil e dezoito, onde isentava, o pagamento de taxas no valor de EUR: 29.85 (vinte e nove euros e oitenta e cinco cêntimos), à Associação da Juventude Adventista – Os Desbravadores- na promoção de um rastreio de saúde. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas (doc. nº 14 (catorze)).-----

2.7 – Correspondência:-----

2.7.1 – José Luís Caetano Duarte e família, a agradecer à Câmara Municipal a atribuição do Voto de Pesar pelo falecimento de Joaquim Rui Duarte. -----

O Senhor Presidente deu conhecimento de uma carta, em nome de José Luís Caetano Duarte, a agradecer os votos de condolências endereçados pelo Executivo pelo falecimento de seu familiar. O Executivo tomou conhecimento. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas (doc. nº 15 (quinze)). -----

2.7.2 – IGF – Inspeção Geral das Finanças, a enviar à Câmara Municipal o relatório da Auditoria ao Município da Lousã – Recursos Humanos e Urbanismo, bem como a comunicar a homologação do mesmo. -----

O Senhor Presidente deu conhecimento ao Executivo da homologação do relatório da auditoria ao município por parte da Inspeção-Geral de Finanças – IGF. Deu ainda nota que terá que ser prestada informação à IGF relativamente às recomendações que foram formuladas no relatório e ainda que este documento será remetido para conhecimento à Assembleia Municipal. O Executivo tomou conhecimento. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas (doc. nº 16 (dezasseis)). -----

2.7.3 – Marques, Cruz & Associado – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, a enviar à Câmara Municipal o relatório sobre a situação económico-financeira do Município da Lousã, referente ao 1º semestre do ano 2018. -----

O Senhor Presidente deu conhecimento ao Executivo do relatório sobre a situação económico-financeira do Município da Lousã, referente ao primeiro semestre do ano de dois mil e dezoito e informou que o mesmo será remetido para conhecimento à Assembleia Municipal. O Executivo tomou conhecimento. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas (doc. nº 17 (dezassete)). -----

2.8 – Bombeiros Municipais da Lousã: -----

2.8.1 – A remeterem o mapa das despesas mensais por dispositivo referente ao mês de agosto de 2018. -----

A Câmara Municipal por votação nominal deliberou por unanimidade ratificar o mapa das despesas mensais por dispositivo referente ao mês de agosto do ano de dois mil e dezoito, no valor de EUR: 3.676.02 (três mil seiscentos e setenta e seis euros e dois cêntimos. A despesa tem cabimentação orçamental na rubrica 06/0202250303. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas (doc. nº 18 (dezoito)). -----

2.8.2 – A remeterem o mapa da equipa de combate a incêndios referente ao mês de agosto de 2018. -----

A Câmara Municipal por votação nominal deliberou por unanimidade ratificar o mapa da equipa de combate a incêndios referente ao mês de agosto do ano de dois mil e dezoito, no valor de EUR: 23.250.00 (vinte e três mil duzentos e cinquenta euros). A despesa tem cabimentação orçamental na rubrica 06/0202250303. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas (doc. nº 19 (dezanove)). -----

2.9 – Divisão de Urbanismo: -----

2.9.1 – Pedido de isenção de taxas – Processo de Obras nº 55/2011, requerimento nº 6226 de 26/07/2018. -----

A Câmara Municipal por votação nominal deliberou por unanimidade ratificar o despacho do Senhor Presidente exarado no dia doze de setembro do ano de dois

mil e dezoito, no qual deferia o requerimento em nome de TREVIPAPEL – Transformação e Corte de Papel, S.A. para a isenção de taxas no valor de EUR: 5.083.05 (cinco mil e oitenta e três euros e cinco cêntimos). Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas (doc. nº 20 (vinte)). -----

Nada mais havendo a tratar, às onze horas e trinta e três minutos o Senhor Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião da qual foi lavrada a presente ata que vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Luis Miguel Correia Antunes, e por Maria de Fátima Lima Martins, na qualidade de Secretária. -----

O Presidente da Câmara Municipal,



A Secretária,

